

AS DISCIPLINAS CURRICULARES DE HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM CURSOS DE MAGISTÉRIO, NORMAL SUPERIOR, LICENCIATURAS E COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: CONTRIBUTOS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES NO BRASIL

Marcos Pereira dos Santos¹

RESUMO

Este artigo científico tem como objetivo principal realizar análises crítico-reflexivas concernentes às disciplinas curriculares de História Geral da Educação e História da Educação Brasileira em cursos de Magistério, Normal Superior, Licenciaturas e Complementação Pedagógica, tendo como eixo norteador os seus contributos para a formação inicial de docentes no Brasil. Numa abordagem qualitativa de pesquisa científica, contendo aportes teóricos bibliográficos e eletrônicos, o *corpus* textual do presente estudo investigativo se encontra didaticamente estruturado em três partes distintas, quais sejam: 1ª) Currículo, disciplina, educação e pedagogia: contextualizando a temática em notas preliminares; 2ª) A formação inicial de docentes da Educação Básica escolar brasileira no âmbito da Lei federal nº 9.394/96; e 3ª) História Geral da Educação e História da Educação Brasileira no currículo dos cursos de formação inicial de docentes da Educação Básica no Brasil: passado, presente e futuro em simbiose? Em última instância, nas considerações finais, são apresentados breves comentários alusivos aos pontos centrais do tema em pauta, visando assim enaltecê-los de modo abrangente.

Palavras-chave: Disciplinas curriculares. Educação Histórica. Formação inicial de docentes. História da Educação. Processo ensino-aprendizagem.

THE CURRICULAR DISCIPLINES OF GENERAL HISTORY OF EDUCATION AND HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION IN COURSES OF MAGISTERIUM, HIGHER NORMAL, UNDERGRADUATE AND PEDAGOGICAL COMPLEMENTATION: CONTRIBUTIONS TO THE INITIAL TRAINING OF TEACHERS IN BRAZIL

ABSTRACT

The main scientific article is to perform critical-reflexive analyses concerning the curricular disciplines of General History of Education and History of Brazilian Education in courses of Magisterium, Higher Normal, Bachelor's degrees and Pedagogical Complementation, having as a guide axis its contributions to the initial formation of teachers in Brazil. In a qualitative approach of scientific research, containing bibliographic and electronic theoretical contributions, the textual *corpus* of this investigative study is didactically structured in three distinct parts, such as: 1ª) Curriculum, discipline, education and pedagogy: contextualizing the theme in preliminary notes; 2ª) The initial training of teachers of Brazilian Basic school Education under federal Law nº 9.394/96; and 3ª) General History of Education and History of Brazilian Education in the curriculum of initial training courses for teachers of Basic Education in Brazil: past, present and future in symbiosis? Ultimately, in the final considerations, brief comments related to the central points of the theme under discussion are presented, thus aiming to praise them in a comprehensive way.

Keywords: Curricular disciplines. Historical Education. Initial training of teachers. History of Education. Teaching-learning process.

¹ Pós-doutor em Ensino Religioso pelo Seminário Internacional de Teologia Gospel (SITG/MG). Professor adjunto da Faculdade Eugênio Gomes (FAEG/BA) em cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. E-mail para contato: mestrepedagogo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ranzi (2007, p.328) assim argumenta, categoricamente:

[...] A disciplina de História tem sido objeto de muitas preocupações nas pesquisas nacionais e internacionais, numa evidente intenção de contribuir para melhor definir os seus objetivos e legitimar um intercâmbio entre a disciplina escolar e a disciplina acadêmica.

Isto decorre, inclusive, do fato de a disciplina curricular de História apresentar características, peculiaridades, pedagogia(s), identidade(s), objetivos, didática (re)construtivista (SCHMIDT, 2020; URBAN, 2010), técnicas e métodos de ensino-aprendizagem que lhes são próprios, específicos, no contexto educacional escolar e universitário (cursos de graduação e pós-graduação).

Com base em tais constatações, sentimo-nos impulsionados em redigir o presente artigo científico trazendo à mesa de debates, em específico, a temática atinente às disciplinas curriculares de História Geral da Educação e História da Educação Brasileira em cursos de Magistério, Normal Superior, Licenciaturas e Complementação Pedagógica, tendo como parâmetro basilar os seus contributos para a formação inicial de docentes no Brasil.

Face ao exposto, almejamos sinceramente que este trabalho investigativo, de extrema relevância para a área educacional, possa servir de referencial teórico auxiliar para o desenvolvimento de estudos, pesquisas acadêmico-científicas, debates em sala de aula e análises crítico-reflexivas por professores(as) e professorandos(as) que se dedicam em ampliar ou aprofundar os seus conhecimentos científicos nas áreas de Educação e História, bem como nas subáreas de História da Educação, Educação Histórica e Historiografia da Educação.

1. CURRÍCULO, DISCIPLINA, EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA: CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA EM NOTAS PRELIMINARES

Para melhor compreender os contributos das disciplinas curriculares de História Geral da Educação e de História da Educação Brasileira em cursos de

formação inicial de docentes (Magistério, Normal Superior, licenciaturas em geral e Formação/Complementação Pedagógica), no contexto educacional brasileiro – objeto de estudo do presente artigo científico –, faz-se relevante, *a priori*, trazer a lume o significado dos seguintes termos: *currículo*, *disciplina*, *educação* e *pedagogia*; cuja conexão pode ser identificada entre os mesmos a partir de um processo (conjuntural) de análise crítico-reflexiva.

Neste sentido, asseguramos que há uma relação umbilical que engendra lógica e didaticamente a seguinte cadeia sequencial hierárquico-epistemológica: Educação → Pedagogia → disciplina → currículo.

Segundo Bueno (1966, p.1061), o vocábulo Educação, “em latim, vem de *educationem* que, por seu turno, surge de *educare* e este último tem sua derivação de *educere*, significando conduzir, levar”, “[...] extrair, tirar, desenvolver” (BRANDÃO, 1981, p.63). Ainda no que tange à sua filologia e evolução histórica, Pfromm Netto (2002, p.6) nos esclarece que:

[...] A palavra originou-se do latim *educatio*, *educationis*. Em tempos muito distantes, designava tanto a criação de seres humanos como a de animais e plantas. Entre os antigos romanos, *educare* significava criar ou nutrir crianças e estava ligada a outro verbo, *educere* – fazer sair, lançar ou tirar para fora, criar, amamentar. No século I a. C., Cícero empregou essa palavra tanto no sentido de criação de filhos como no de instrução, doutrina ou ensino proporcionados por mestres ou preceptores aos meninos.

Assim sendo, tem-se diferentes manifestações e modalidades de práticas educativas, tais como a educação informal, a educação não formal e a educação formal (LIBÂNEO, 1999), cada qual apresentando características, finalidades e peculiaridades próprias; de tal modo que pode ocorrer tanto em espaços educacionais escolares quanto em ambientes educacionais não escolares.

Logo, torna-se possível dizer de maneira sumária, conforme assevera Ghiraldelli Júnior (1991, p.9), que “a educação é, antes de tudo, uma prática educativa. É uma prática geradora de uma teoria pedagógica. A educação, ao mesmo tempo que produz pedagogia, é também direcionada e efetivada a partir das diretrizes da pedagogia”.

Mas, o que se entende por pedagogia e pedagógico?

Etimologicamente, a palavra pedagogia surgiu do latim *pedagogus* que provém do termo grego *paidagogos* (pais), onde *paidós* = criança e *agogos* = condutor, dirigente (BUENO, 1966). Portanto,

A pedagogia, literalmente falando, tem o significado de “condução da criança”. Era, na Grécia Antiga, a atividade do escravo que conduzia as crianças aos locais de estudo, onde deveriam receber instrução de seus preceptores. O *escravo pedagogo* era o “condutor de crianças”. Cabia a ele levar o homem até o local do conhecimento, mas não necessariamente era sua função instruir esse jovem. Essa segunda etapa ficava por conta do preceptor. [...] Como se pode notar, originalmente, pedagogia está ligada ao ato de condução ao saber. E, de fato, a pedagogia tem, até hoje, a preocupação com os meios, com as formas e maneiras de levar o indivíduo ao conhecimento. Assim, a pedagogia vincula-se aos problemas metodológicos relativos ao *como ensinar*, a *o que ensinar* e, também, ao *quando ensinar* e *para quem ensinar*. Ou, a pedagogia consubstancia-se no pólo teórico da problemática educacional. Eu poderia afirmar, grosso modo, que a pedagogia é a *teoria*, enquanto a educação é a *prática*. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p.8-9; itálicos no original)

Uma vez que a Pedagogia (Ciência) está diretamente vinculada à condução (de crianças) aos locais de conhecimentos e saberes (científicos), bem como aos aspectos teórico-metodológicos atinentes ao ensino, pode-se afirmar, de forma categórica, que Pedagogia é Ciência da Educação (ESTRELA, 1992; LIBÂNEO, 1999; MAZZOTTI, 1996; MOSQUERA, 1981), Curso de Educação (MARQUES *et al*, 1974), Ciência do educador (MARQUES, 2006), teoria da educação (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991; HÄBERLIN, 1953), ramo ou campo da Ciência, área científica e curso de graduação – bacharelado ou licenciatura (VEIGA *et al*, 1997).

Face ao exposto, o atributo/aspecto pedagógico da Educação, e, em particular, da educação escolar, na concepção de Libâneo (1999, p.22-26; grifos no original), é assim definido conceitualmente:

[...] O *pedagógico* refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. [...] O *processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente*. Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. [...] Em síntese, dizer do caráter pedagógico da prática educativa é dizer que a Pedagogia, a par de sua característica de cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação em função da construção humana, refere-se, explicitamente, a objetivos éticos e a projetos políticos de gestão social.

Em outros termos, isto implica asseverar que a dimensão/característica pedagógica da educação escolar abarca objetivos (gerais e específicos) da cultura escolar e da cultura da escola, projetos educacionais, práticas docentes de ensino, aprendizagens significativas, disciplinas curriculares, recursos e materiais pedagógicos, etc.

No que concerne à expressão disciplina curricular, faz-se importante, a princípio, compreender que disciplina, em linhas gerais, refere-se a “procedimento conveniente para o bom funcionamento de uma sociedade ou organização; obediência e submissão a uma regra; aceitação de certas restrições e métodos; obrigações a serem cumpridas” (BRASIL, 2017, p.94). No contexto educacional, por sua vez, é tida como “a instrução e direção dada por um mestre ao seu discípulo; conjunto de prescrições destinadas a manter a boa ordem; ramo de conhecimento; matéria de ensino”; conforme postula Soares Amora (2009, p.230).

Já o verbete currículo, em sentido etimológico, se origina do latim *curriculum*, que significa “[...] pista de corrida” (SILVA, 2005, p.15), aquilo que “[...] expressa movimento progressivo, o andamento de uma corrida de bigas, uma estrada a ser percorrida” (SCHMIDT, 2003, p.61), percurso, trilha, rota, trajetória, trajeto, itinerário, caminho a ser trilhado ou percorrido.

Posto isto, tem-se que o currículo escolar abarca: cultura educacional, cultura da instituição-escola, valores (éticos e morais), princípios (didáticos, pedagógicos e metodológicos), áreas de conhecimentos científicos, disciplinas curriculares, matérias escolares de ensino-aprendizagem, saberes eruditos, seleção de conteúdos programáticos, teorias educacionais (críticas e pós-críticas), políticas públicas educacionais e sociais, tendências pedagógicas (tradicionais/conservadoras e inovadoras/progressistas), sistemática de avaliação da aprendizagem, paradigmas educacionais (do consenso, do dissenso/conflito, da complexidade, etc.), entre vários outros componentes.

Currículo escolar é, de acordo com Silva (2005), um documento oficial ‘normativo’ que expressa, pois, a identidade, a subjetividade, o “real” e o “ideal” da escola; sendo, inclusive, elemento integrante do projeto político-pedagógico da unidade educacional escolar e que pode ser classificado como: currículo mínimo, currículo fixo/prescrito/explicito e currículo oculto/implícito.

Daí a relevância de se compreender a argumentação abaixo:

As *matérias* que constituem o currículo mínimo *podem ser desdobradas em* tantas *disciplinas* quantas forem julgadas convenientes pelas respectivas instituições de ensino. [...] A palavra *matéria*, hoje, adquiriu significado distinto do de há poucos anos passados, quando era sinônimo de disciplina. Agora, diz respeito à matéria-prima ou matéria bruta a ser trabalhada pelos estabelecimentos de ensino, e estabelecida pelos Conselhos de Educação competentes. Por *disciplina* entende-se o conjunto de conteúdos e experiências que vão constituir e dinamizar aquilo que se denomina matéria. É simultaneamente conteúdo e processo. (BOTH, 1982, p.28; destaques nossos)

2 A FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR BRASILEIRA NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 9.394/96

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei federal nº 9.394/96, no Artigo 62, no Artigo 63 (Incisos I e II) e no Artigo 64 (BRASIL, 1996), prescreve o seguinte sobre a formação inicial de docentes para atuação na escola brasileira de Educação Básica:

Art. 62 – *A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal.*

Art. 63 – Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o *curso normal superior*, destinado à *formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental*;

II - *programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior* que queiram se dedicar à educação básica;

[...]

Art. 64 – *A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação a base comum nacional.* (BRASIL, 1996; ênfases nossas)

Isto significa dizer que, no Brasil contemporâneo, a formação inicial de professores(as) para a Educação Básica – composta por Educação Infantil, Ensino Fundamental I ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - antiga 1ª a 4ª série) e Ensino Fundamental II ou Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano - antiga 5ª a 8ª série) – pode ser realizada em curso técnico-profissionalizante de

Formação de Docentes (antigo Curso Normal ou Curso de Magistério – habilitação para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental), em nível de Ensino Médio, bem como em Curso Normal Superior, curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (habilitação para Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar) e demais cursos de licenciatura plena em outras áreas do conhecimento, e ainda em cursos de 2ª licenciatura e cursos de Formação ou Complementação Pedagógica (estes últimos destinados, exclusivamente, a portadores de diplomas de Educação Superior em cursos de bacharelado ou de tecnologia).

Em todos estes cursos mencionados há, inclusive, um rol de disciplinas curriculares de formação básica geral, formação básica comum, fundamentos da educação ou ainda, segundo Pimenta (1996, p.48; realces no original), um elenco de “[...] Ciências da Educação – *prolongamentos* ou *aplicações* das diferentes Ciências Sociais e Humanas à Educação [...]”, quais sejam: História Geral da Educação, História da Educação Brasileira, Filosofia Geral, Filosofia da Educação, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia Geral, Psicologia da Educação, Antropologia da Educação, Fundamentos Epistemológicos da Educação, Didática, Metodologia da Pesquisa Científica, Metodologia da Pesquisa em Educação, entre outras; cada qual apresentando suas respectivas cargas horárias (aulas teóricas e/ou práticas – em geral entre 34 a 144 horas-aula), ementas e bibliografias (básica/específica e complementar), definidas a critério das faculdades, universidades, institutos e centros de Ensino Superior de cada região do Brasil e de acordo com as normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Federal de Educação (CFE) e Conselho Nacional de Educação (CNE) – Leis, Portarias, Regimentos, Pareceres, Resoluções, Decretos, Medidas Provisórias (MPs), Estatutos, Atos Normativos, Minutas, Súmulas, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Referenciais Curriculares Nacionais (RCNs) e outros documentos jurídicos.

Vale destacar, ainda, que, além dos cursos de formação inicial, a LDBEN/96 também incentiva, valoriza e preconiza a formação continuada/permanente de docentes [e demais profissionais da educação], estabelecendo em seu Artigo 61, Inciso I, “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em

serviço”, de maneira tal que, segundo o Inciso III do Artigo 63, os Institutos Superiores de Educação devem manter “programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”. (BRASIL, 1996)

Outrossim, isto implica afirmar que, no âmbito da Educação Básica escolar,

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. (*Idem, ibidem*)

3. HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO EM SIMBIOSE?

História é, concomitantemente, Ciência e disciplina curricular (escolar e acadêmica): viva, ativa, dinâmica. Ela é processo, produto e processo-produto histórico e sociocultural, estando em movimento *continuum* de engendramento, desenvolvimento e transformação. Portanto, a História:

[...] não visa apenas explicar o passado distante e morto. E é a contribuição que ela pode trazer para a explicação da realidade em que vivemos que nos leva a ver como fundamental sua divulgação [...]. Essa divulgação se torna importante na medida em que se acredita que a História, ajudando a explicar realidade, pode auxiliar ao mesmo tempo a transformá-la. [...] A História, como as outras formas de conhecimento da realidade, está sempre se constituindo: o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado. (BORGES, 2000, p.8-9)

A História (Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, Nova, Geral, Natural, Oral, Mundial, Regional, Local, Cultural, Intelectual, Militar, Científica ou da Ciência, das Sociedades, da História [Historiografia], da América, da África, do Paraná, do Brasil, da Educação, da Religião, entre outras tipologias/modalidades) é composta por pessoas, sociedades, ideologias, culturas, conhecimentos, saberes, espaços, contextos, documentos, memórias, linguagens, narrativas, fatos, fenômenos, acontecimentos, episódios marcantes, consensos, guerras, conflitos, dissonâncias, embates, registros, identidades, objetos arqueológicos, pesquisas

científicas, entre inúmeros outros elementos. Existe, pois, uma pluralidade de fatores que, de acordo com Nikitiuk (1999, p.7), “[...] tornam a História instrumento de leitura do mundo”.

No caso específico das disciplinas curriculares de História Geral da Educação e de História da Educação Brasileira, temos que as mesmas aparecerem apresentando diversas nomenclaturas diferenciadas no currículo dos cursos de formação inicial de docentes da Educação Básica escolar brasileira, tais como: História da Educação, História Geral da Educação, História da Educação I, Noções de História da Educação, Bases Históricas da Educação, Fundamentos de História da Educação, Fundamentos Históricos da Educação, Introdução à História da Educação, Iniciação à História da Educação, entre outras. E ainda: História da Educação Brasileira, História da Educação no Brasil, História da Educação II, Bases Históricas da Educação Brasileira, Bases Históricas da Educação no Brasil, Fundamentos de História da Educação Brasileira, Fundamentos Históricos da Educação Brasileira, História Educacional, Educação Histórica, etc. (ANDRADE PINTO, 2002; BRZEZINSKI, 1996; CORTELAZZO; ROMANOWSKI, 2007; CÔRTEZ, 1997; GHIRALDELLI JÚNIOR, 1994; NUNES, 2002; PIMENTA, 1996; RANZI, 2007; SAVIANI, 1980; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2021; VEIGA *et al*, 1997)

Em cursos de Magistério (técnico-profissionalizantes ofertados no Ensino Médio), Curso Normal Superior, cursos de Licenciatura em Pedagogia e demais licenciaturas plenas, cursos de 2ª licenciatura e cursos de Formação/Complementação Pedagógica, as disciplinas curriculares de História Geral da Educação e de História da Educação Brasileira são consideradas disciplinas de ‘Fundamentos da Educação’, isto é, de formação básica geral ou formação básica comum, sendo obrigatórias em tais cursos, haja vista que figuram no chamado “currículo mínimo” (base mínima obrigatória) aprovado pelo CFE.

Sobre isto, Saviani (1980, p.31) chama atenção para o seguinte aspecto:

Com efeito, temos alguns cursos em que História e Filosofia da Educação, por exemplo, constituem uma única disciplina; há outros, porém, em que ambas são ministradas em separado, permitindo-nos detectar as seguintes situações: 1. professores de História e Filosofia da Educação; 2. professores de Filosofia da Educação; e 3. professores de História da

Educação. Ora, em cada uma dessas situações a organização programática da(s) disciplina(s) vai assumir matizes diferentes.

Estudar História Geral da Educação e História da Educação Brasileira em cursos de formação inicial de docentes é tema imprescindível, algo de relevância capital, visto que diz respeito a:

[...] uma oportunidade de reflexão sobre a educação no passado – sua finalidade, seus conteúdos, sua organização – para que possa melhor compreender a educação atual e contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento de um sistema educacional mais voltado para a realização humana. (PILETTI; PILETTI, 1990, p.3)

Neste sentido, corroboramos com os autores mencionados ao asseverarem que tais disciplinas curriculares devem dar destaque especial aos aspectos essenciais alusivos a cada período histórico, sem, contudo, atribuir ênfase em demasia a datas históricas e nomes de personalidades célebres, mas situando a Educação de cada época em seus contextos social, político, econômico, religioso e cultural.

Todavia, ressaltar, concedendo tratamento privilegiado, temas e assuntos atinentes à [história da] Educação Brasileira é tarefa fundamental, pois, no entendimento de Fonseca *et al* (2018) e Ranzi (2007), faz-se preciso contribuir para a formação de educadores(as) que estejam aptos(as) a atuarem decisivamente na constante melhoria dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas de Educação Básica do Brasil.

Leituras atentas, análises crítico-reflexivas e debates fundamentados em teorias educacionais são atividades didático-pedagógicas inseparáveis a serem desenvolvidas no estudo das disciplinas curriculares de História Geral da Educação e de História da Educação Brasileira, em particular.

Embora considere ser de importância cabedal em cursos de formação inicial de docentes, Saviani (1980) identifica algumas questões urgentes e emergentes que merecem ser pontuadas e faz críticas contundentes no que tange às disciplinas curriculares e aos(as) professores(as) de História Geral da Educação e de História da Educação Brasileira, a saber:

Quanto a tais disciplinas curriculares, em específico, Saviani (1980, p.33-37) observa o exposto na sequência:

No caso da História da Educação, a ênfase na primeira palavra da locução acaba por fazer predominar (talvez pelo fato mesmo de ser História) a diacronia. Quando se concentra a atenção nas instituições educacionais, passa-se, então, em revista essas instituições desde a Antiguidade grega até a época contemporânea. [...] Trata-se de História da Educação e não de História (porque neste caso também o nosso projeto se esvazia) e nem apenas de Educação (porque neste caso ela seria desenraizada). O concreto é histórico e para dar conta da problemática concreta da educação é necessário assumir a postura histórica. [...] A História, por obra da hipertrofia da primeira palavra da locução, acaba por não ser compreendida, o seu significado acaba por não ser explicitado claramente; assim, a História acaba sendo absorvida no sentido tradicional de sequência de fatos ou sequência de ideias, resumindo-se a uma mera cronologia. Ao se reduzir a História a uma sequência de fatos ou de ideias, ocorre aí um agravante maior: tais fatos (ou ideias) acabam por se resumir naquilo que eu chamaria de “fatos de supra-estrutura”, isto é, aqueles fatos que se evidenciam mas que não explicam o processo histórico concreto, sendo, ao contrário, explicados pelo processo histórico concreto. [...] E a História, à semelhança da Filosofia, acaba por se tornar, também ela, uma disciplina “chata”, uma vez que será necessário reter uma série grande de fatos (ou de ideias) geralmente desprovidos de sentido; assim, a memorização acaba sendo o recurso de que o aluno (e por vezes o professor) lança mão para se situar em face do problema da História.

E no tocante aos(às) docentes de História da Educação (Geral e do Brasil), o autor supra aludido traz à baila as seguintes situações:

[...] o professor de História da Educação está preocupado em dominar o campo da História e a Educação acaba ficando na penumbra. [...] Em face desta situação, tanto a Filosofia como a História acabam por ser encaradas segundo a perspectiva tradicional, sem que seja explicitado suficientemente o significado de cada um desses termos. Em consequência, o professor acaba se detendo nas abordagens comumente feitas sob o nome de Filosofia e sob o nome de História, sem refletir mais profundamente para verificar se aquilo que está recebendo o nome de Filosofia merece precisamente este nome ou não; o mesmo se diga em relação à História – por exemplo: no caso da História da Educação, é possível que o professor desenvolva uma programação partindo dos acontecimentos e se detendo numa história das doutrinas pedagógicas. Nesse caso, o seu problema como professor de História da Educação será como se pode dominar todo o conteúdo das doutrinas pedagógicas que foram desenvolvidas através da História. [...] Estamos de tal modo absorvidos pela necessidade de conhecer quais são essas correntes e de transmitir esses conhecimentos para os alunos que nós não nos indagamos se fazer História da Educação e se ensinar História da Educação é isto, ou se não outra coisa. (SAVIANI, 1980, p.32)

Ademais, não se pode também deixar de salientar que há uma diferença deveras significativa, em termos teóricos e práticos, entre ser historiador, docente de História, historiador-professor e professor-historiador. Isto, certamente, influencia sobremaneira nos diversos modos de pensar, fazer e compreender Educação,

História, Teoria da Educação, Teoria da História, História da Educação, Educação Histórica, Historiografia da Educação, Didática da História e Metodologia do Ensino de História.

É neste sentido, portanto, que o Artigo 26, Parágrafo 4º, da vigente LDBEN/96 estabelece que, como disciplina curricular, na escola de Educação Básica, “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (BRASIL, 1996)

Com efeito, corroboramos com Quiqueto, Emídio e Souto (2013, p.1-18) ao observarem, cautelosamente, o que se apresenta transcrito de modo literal no excerto abaixo:

No Brasil, a História da Educação oficial começa com a chegada dos colonizadores em solo brasileiro, visto que nossa história não considera o período anterior, ou seja, quando nosso território era habitado apenas por índios. [...] A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. [...] Concluindo, podemos dizer que a Educação Brasileira tem um princípio, meio e fim bem demarcado e facilmente observável. [...] A Historiografia da Educação, na encruzilhada, discute a questão da autonomização e identidade do campo educacional como espaço de produção de conhecimentos sistematizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação e História: um enlace perfeito!

Independentemente da nomeação recebida, o fato é que as disciplinas curriculares de História Geral da Educação e de História da Educação Brasileira são de importância capital nos cursos de formação inicial de docentes da Educação Básica, pois contribuem de maneira significativa para o entendimento sobre a gênese e evolução da Educação e da História nas sociedades, devendo, assim, acarretar melhorias qualitativas no processo ensino-aprendizagem escolar.

Dizemos isto, porque conhecer de maneira completa e sistematizada acerca de Educação, História, História da Educação, Historiografia da Educação e História da Educação Brasileira possibilita aos(as) professorandos(as) em geral recordar o passado histórico, compreender o momento presente e

projetar/vislumbrar/conjecturar o futuro do contexto educacional de modo mais positivo, estabelecendo, contudo, correlações entre o ontem, o hoje e o amanhã.

Em suma:

O conteúdo de História não é o passado, mas o tempo ou, mais exatamente, os procedimentos de análise e os conceitos capazes de levar em conta o movimento das sociedades, de compreender seus mecanismos, reconstruir seus processos e comparar suas evoluções. [...] A História é, principalmente, o lugar do outro que se projeta e resiste, o sempre imprevisível. (NIKITIUK, 1999a, p.16-24)

Daí a importância em conhecer e valorizar o mundo físico e natural, bem como a realidade social, política, econômica e cultural de cada país, especialmente do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE PINTO, U. O pedagogo escolar: avançando no debate a partir da experiência desenvolvida nos cursos de complementação pedagógica. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, p.153-198, 2002.

BORGES, V. P. **O que é história**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos – v.17).

BOTH, I. J. **A pedagogia face ao mercado de trabalho**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária, 1982.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos – v.20).

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.

BRASIL. **Minidicionário escolar: língua portuguesa**. 2.ed, Barueri: Ciranda Cultural, 2017.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. Campinas: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

BUENO, F. S. **Dicionário filológico do português**. São Paulo: Saraiva, 1966.

CORTELAZZO, I. B. C.; ROMANOWSKI, J. P. **Guia de orientação de curso:** curso de licenciatura em pedagogia a distância. Curitiba: Editora do IBPEX, 2007.

CÔRTEZ, H. S. Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau. In: BORTOLINI, A. L. (Org.). **Identidade e espaço profissional:** monografias das habilitações do curso de pedagogia, licenciatura plena em ciências e matemática de 1º grau e cursos de pós-graduação. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.9-18, 1997.

ESTRELA, A. **Pedagogia ou ciência da educação?** Porto: Porto Editora, 1992.

FONSECA, F. M. M. *et al.* As disciplinas de história da educação nas instituições de ensino superior brasileiras e o impacto na formação docente. In: **Revista Brasileira de Iniciação Científica.** Itapetinga: Editora do IFSP, v.5, n.4, p.33-42, jul./set., 2018.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **O que é pedagogia.** 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos – v.193).

GHIRALDELLI JÚNIOR, P.. **História da educação.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor).

HÄBERLIN, P. **Allgemeine pädagogik in kürze.** Frauenfeld: Huber, 1953.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARQUES, J. C. *et al.* **Educadora amanhã:** análise e reformulação do curso de pedagogia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1974.

MARQUES, M. O. **Pedagogia:** a ciência do educador. 3.ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006. (Coleção Mario Osório Marques – v.5).

MAZZOTTI, T. B. Estatuto de cientificidade da pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, p.13-37, 1996.

MOSQUERA, J. J. M. **Educação:** emergência de seu processamento epistemológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.

NIKITIUK, S. M. L. Apresentação. In: _____. (Org.). **Repensando o ensino de história.** 2.ed. São Paulo: Cortez, p.7-8, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época – v.53).

_____. Ensino de história: algumas reflexões sobre a apropriação do saber. In: _____. (Org.). **Repensando o ensino de história.** 2.ed. São Paulo: Cortez, p.9-25, 1999a. (Coleção Questões da Nossa Época – v.53).

NUNES, C. **Ensino normal:** formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Coleção Diretrizes Curriculares Nacionais).

PFROMM NETTO, S. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2002.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PIMENTA, S. G. Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática. In: PIMENTA, S. G. (Coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, p.39-70, 1996.

QUIQUETO, A. M. B.; EMÍDIO, M. A.; SOUTO, R. E. **Apostila para concurso público da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR): professor e pedagogo – conhecimentos específicos**. São Paulo: Editora Grupo Nova, 2013.

RANZI, S. M. F. Memória e história das disciplinas escolares: possibilidades de uma aproximação. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, p.322-354, 2007.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1980. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHMIDT, E. S. Currículo: uma abordagem conceitual e histórica. In: **Revista Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, ano 11, n.1, p.59-69, jun./2003.

SCHMIDT, M. A. M. S. **Didática reconstrutivista da história**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES AMORA, A. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo de cursos**. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/prograd/catalogo-de-cursos>>. Acesso em: 01/04/2022.

URBAN, A. C. **Didática da história: contribuições para a formação de professores**. Curitiba: Juruá, 2010.

VEIGA, I. P. A. *et al.* **Licenciatura em pedagogia: realidades, incertezas, utopias**. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Recebido em 14/05/2022

Versão corrigida recebida em 5/09/2021

Aceito em 10/12/2022

Publicado online em 15/12/2022